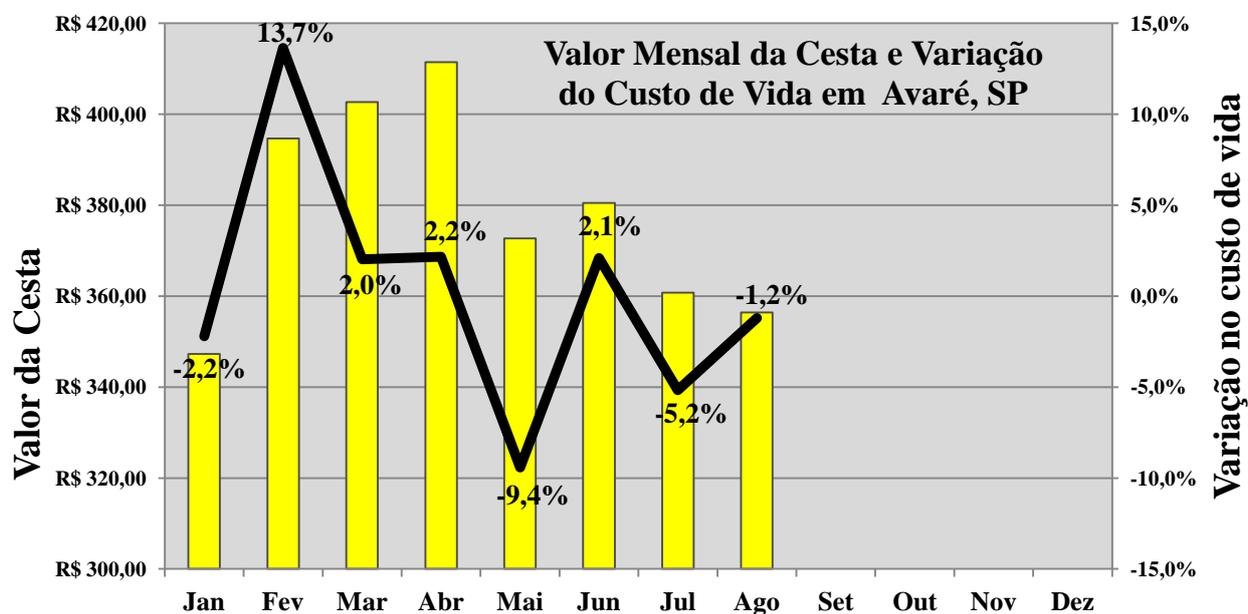


Agosto 2019 = -1,22 %

Acumulado 2019 = 0,36%

Em comparação com o mês anterior, o **ICV UniFSP** de Agosto de 2019 registrou uma queda de **-1,22 %** no valor da cesta básica da cidade de Avaré, que passou a valer **R\$ 356,40** contra R\$ 360,79 de julho. Segundo a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos mensal realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), essa tendência de queda foi verificada em todas as 17 capitais onde a pesquisa é realizada.

A capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 481,44), seguida de Porto Alegre (R\$ 469,17), Florianópolis (R\$ 464,24) e Rio de Janeiro (R\$ 462,24). Os menores valores médios foram observados nas capitais Aracaju (R\$ 337,96) e Salvador (R\$ 350,75), valores estes mais baixos que em Avaré. Abaixo, valor da cesta e a variação mensal do custo de vida alimentar.



No mês de Agosto de 2019, os maiores aumentos em Avaré foram verificados nos preços da banana (33,9%) e do óleo de soja (9,8%), mesma tendência da maior parte das capitais brasileiras. A baixa oferta da banana nanica e o elevado volume de fruta exportado explicaram o aumento do preço da banana no varejo e a desvalorização do real diante do dólar impulsionou a exportação de soja provocando aumento do derivado do grão no varejo da maior parte das cidades. Já a maior queda, em Avaré, foi verificada nos preços do tomate (-26,6%), explicada pelo aumento da comercialização do tomate industrial ou rasteiro no atacado, fazendo com que o preço do tipo salada diminuísse.

* A metodologia de referência é a do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e leva em consideração treze produtos alimentares básicos e suas respectivas quantidades os quais seriam suficientes para o sustento e bem estar mensal de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo. Esses valores foram definidos por região do Brasil e apresentados pela Lei n° 185 de 14 de Janeiro de 1936, regulamentada pelo Decreto Lei n° 399 de 30 de abril de 1938, ainda em vigor.